

Os Novos Padrões de Seleção na Polícia Militar do Distrito Federal

Arthur Trindade M. Costa^{*}

Márcio Júlio S. Mattos^{**}

Layla Maria dos Santos^{***}

Resumo

A partir de 2009, a seleção de praças na Polícia Militar do Distrito Federal passou a exigir a conclusão de curso de nível superior como escolaridade mínima. Tal mudança no processo seletivo poderá repercutir nas relações entre os policiais militares, bem como nas relações entre polícia e a sociedade. Neste artigo, descrevemos os conflitos gerados pela mudança no processo de seleção, o perfil dos novos policiais e suas interações com os policiais supervisores.

Palavras-chaves: Polícia Militar do Distrito Federal, Processo de Seleção, Valorização Profissional, Escolaridade.

Abstract

Since 2009, the selection process of the Military Police of Brazilian Federal District has demanded upper-level schooling minimum for all of its careers. Such a change in the selection process should affect the relations into the police and the relations between police and society. In this article, we describe the conflicts generated by this change, the profile of the new officers and their interactions with police supervisors.

Keywords: Military Police of Brazilian Federal District; Selection Process; Professional Valuation; schooling.

^{*} Arthur Trindade M. Costa é doutor em sociologia e professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: arthur@unb.br

^{**} Márcio Júlio S. Mattos é mestre em sociologia pela Universidade de Brasília e oficial da Polícia Militar do Distrito Federal. Desde 2011, exerce a função de Coordenador Nacional de Polícia Comunitária – Substituto, na Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

^{***} Layla Maria dos Santos é oficial da Polícia Militar do Distrito Federal e especialista em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade de Brasília.

Introdução

Apesar das mudanças políticas ocorridas no Brasil nas últimas duas décadas, práticas violentas e arbitrárias têm sido correntes nas forças policiais brasileiras. As razões para essa persistência são diversas: fragilidade dos mecanismos de controle da atividade policial, cultura judiciária e policial excludente, políticas de segurança orientadas pela lógica do enfrentamento, e deficiência do treinamento policial (Costa, 2004, 2005, 2012; Kant de Lima, 1995, 1997, 1999; Muniz, 2006; Beato Filho, 1997, 2002). Por outro lado, os policiais também são vítimas frequentes de violências e arbitrariedades praticadas dentro e fora das unidades policiais, bem como, em muitos casos, estão submetidos a condições precárias de trabalho (Muniz, 2006; Minayo, 2009). Nas duas situações, como agentes ou vítimas, a superação dos problemas enfrentados pelos policiais passa por iniciativas voltadas para a valorização profissional dos policiais brasileiros.

Uma das iniciativas mais frequentes de valorização profissional de policiais refere-se ao aumento da exigência de escolaridade nos processos de seleção. A demanda pela melhoria no nível escolaridade dos policiais surgiu no final da década de 60 em algumas polícias dos EUA. Devido à alta frequência dos incidentes de violência e arbitrariedade policial, relatórios de comissões governamentais, ativistas políticos e pesquisadores passaram a exigir que os departamentos de polícia modificassem seus critérios de seleção, a fim de elevar o grau de escolaridade dos policiais. A ideia era que, uma vez que desempenham funções com alto grau de discricionariedade, seria mais adequado contar com policiais altamente instruídos. Entretanto, este tipo de demanda encontrou forte resistência entre os policiais mais antigos. Para eles, a educação universitária era insuficiente para habilitar os novatos ao exercício da função. De fato, os estudos posteriores mostraram que a educação universitária não necessariamente implica um padrão diferente de prática profissional (Lint, 2004).

No Brasil, a partir da década de 2000, temos assistido a várias alterações nos processos de seleção de polícias. Muitas polícias civis e algumas polícias militares passaram a exigir diploma de nível superior para o ingresso nos seus quadros. Há também os casos de algumas polícias militares que passam a exigir o bacharelado em Direito como critério de seleção de oficiais (Rudnicki, 2008). Mas diferente das polícias dos EUA, as mudanças nos processo de seleção não tinham por objetivo o controle da discricionariedade; elas fazem parte das estratégias que as corporações têm adotado para aumento salarial.

No Distrito Federal, o processo de seleção da polícia militar exigia diploma de nível superior para os candidatos à carreira de oficial e de nível médio para os interessados na carreira de praça. A partir de 2009, passou-se a exigir formação acadêmica de nível superior (Lei nº 12.086/2009) nas seleções de oficiais e praças. Acreditamos que esta mudança pode ter importantes repercussões nas relações entre os policiais militares, bem como nas relações entre polícia e a sociedade. Neste artigo, descrevemos os conflitos gerados pela mudança no processo de seleção, o perfil dos novos policiais e suas interações com os policiais supervisores.

As próximas seções apresentam dados e informações produzidas em dois projetos de pesquisa distintos. No primeiro, conduzido por Márcio Mattos (2012), foram realizadas

entrevistas semiestruturadas e aplicados questionários aos policiais que ingressaram na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) em 2010. No segundo projeto, executado por Layla Santos (2012), também foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados questionários com policiais novatos e antigos do 6º Batalhão de Polícia Militar, encarregado do policiamento da Esplanada dos Ministérios e da Rodoviária.

O processo de seleção e a luta por direitos

A nova exigência de escolaridade na seleção dos policiais era parte do projeto “Policial do Futuro”, introduzido na PMDF, em 2009, cuja finalidade era aumentar o nível de escolaridade de toda a corporação. Além de selecionar apenas candidatos com nível superior, o Projeto também previa a qualificação dos policiais mais antigos mediante parceria com a Universidade Católica de Brasília (UCB), que criou o curso de Tecnólogo em Segurança e Ordem Pública (TecSop). O curso foi desenvolvido com o objetivo de oferecer formação superior aos policiais militares, ministrando disciplinas relacionadas à prevenção da violência e da criminalidade. O curso é oferecido a todos os policiais militares que não possuem diploma de graduação, tem duração de dois anos e acontece em ambiente virtual, com alguns encontros presenciais. Desde 2010, a UCB já conferiu 2.666 diplomas de tecnólogos aos policiais militares do Distrito Federal.

A mudança proposta no processo de seleção teve reflexo nas disputas de poder no campo da segurança pública do Distrito Federal, principalmente entre policiais civis e militares. A polícia militar defendia a valorização profissional de seus quadros e via no aumento do nível de escolarização das praças uma estratégia de melhoria salarial. Entretanto, na polícia civil, que já exigia o nível superior para o ingresso na carreira de agente, o movimento dos militares era visto com cautela, já que poderia dificultar as reivindicações salariais dos agentes e delegados.

Assim, o grau de escolaridade exigido no processo seletivo foi discutido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, que acatou os questionamentos feitos pelos policiais civis. Isto protelou o processo de seleção, que entre retificações, suspensões e alterações de datas, se iniciou apenas em 6 de junho de 2009, cinco meses após o lançamento do edital. Mesmo após a realização das provas objetivas, a seleção ainda seria interrompida e sua continuidade mantida em estado de indefinição. Ao final, a nomeação dos candidatos aprovados foi julgada procedente e ocorreu em duas etapas: a primeira em setembro, a segunda em dezembro de 2010, ou seja, quase dois anos depois. Ao final do curso de formação, em 14 de junho de 2011, foram formados 1.350 novos policiais.

Durante o período reivindicatório, a socialização dos candidatos aprovados entre si e com o ambiente militar foi especialmente inédita e intensa. Diante das dificuldades que lhes foram impostas, os candidatos tiveram de se mobilizar para verem suas pretensões alcançadas. Eles organizaram passeatas e “apitações”, fizeram vigílias diante de órgãos governamentais e, por vezes, se manifestaram com faixas, palavras de ordem, carros de som e megafones. Para os aprovados, a luta que travavam era dirigida, em última medida, ao

reconhecimento de suas particularidades: foram selecionados por serem altamente capacitados para exercer as funções de soldado policial militar.

E nesse contexto, é notável que os instrumentos de manifestação política, que normalmente dependem das alterações à ordem pública para repercutirem, foram apropriados por pretendentes à carreira policial. Se, por um lado, esta apropriação serviu aos propósitos dos aprovados, por outro, difere substancialmente dos recursos comumente compartilhados pelos policiais, e que contrasta com a realidade da qual farão parte, estranha às demandas por reivindicações de direitos, especialmente dos praças (Mattos, 2012).

Esta mobilização em si é um aspecto marcante na socialização dos noviços.¹ Na polícia militar, estas formas de reivindicações são vistas com cautela. Os movimentos reivindicatórios são notadamente menos publicizados, funcionam à espreita e com discrição. As regras e as práticas que orientam as trocas internas e mesmo as disputas políticas na cultura militar não são apenas diversas daqueles valores que os noviços puderam compartilhar e construir durante as manifestações; são, por princípio, opostos. Tais manifestações por reivindicação de direitos tradicionalmente têm sido vistas pelos oficiais das polícias militares como perigosas, pois colocam em risco os princípios da hierarquia e da disciplina militar.

Durante o período reivindicatório, os aprovados construíram um espírito de corpo, antecipando o que normalmente ocorre durante o curso de formação. Inicialmente, compuseram uma comissão para representar seus interesses, que foi articulada de forma tímida, mas ganhou representatividade, tendo sido decisiva no processo de mobilização a que assistiria. Foram criadas subcomissões com atribuições diversas, como acompanhar votações no Tribunal de Contas do Distrito Federal, receber informações da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (ASOF-PMDF), reunir assinaturas para o abaixo-assinado favorável ao movimento, produzir camisetas e materiais de divulgação, reunir doações em dinheiro e divulgar suas ações nos meios de comunicação e redes sociais. Nesta divisão do trabalho, uma subcomissão em especial, denominada “Subcomissão dos Heróis Doadores”, tinha como atribuição reunir doadores de sangue para a Fundação Hemocentro de Brasília. Com o intuito de promover uma imagem positiva do movimento e ganhar apoio social, a medida era utilizada na divulgação dos eventos (Mattos, 2012).

Os canais de comunicação dos aprovados concentravam-se em mídias sociais, especialmente grupos e fóruns de discussão na Internet. Em seus registros, nota-se que, desde o período reivindicatório, os elementos de identificação com a polícia militar eram valorizados. Distintivas são as recorrências a códigos próprios da cultura policial, como a denominação das subcomissões por Alfa, Bravo, Charlie; os aprovados por vezes se chamavam por números e se referiam à Polícia Militar como *a gloriosa*. Mais do que isso, eram recorrentes as discussões sobre temáticas de segurança pública que implicavam a polícia militar, como policiamento comunitário, elaboração do termo circunstanciado e tecnologias de emprego da força. A socialização dos aprovados demonstra que o processo de construção identitária dos noviços, entre si e na interação com a polícia militar, foi marcante mesmo antes do ingresso na Corporação (*ibidem*).

Outro aspecto relevante foi a aproximação com os oficiais durante o período reivindicatório. Nesse sentido, ressaltamos a participação da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal na mobilização dos aprovados. Por meio de sua representatividade perante os dirigentes da Corporação, a ASOF-PMDF promovia reuniões com os aprovados e com autoridades, divulgava notas públicas e participava das manifestações. Sobretudo, o envolvimento da entidade representante dos oficiais servia ao movimento dos aprovados como fator de legitimidade interna, em que as medidas adotadas, de certa forma, repercutiam os interesses da polícia militar.

Com efeito, o processo de seleção dos postulantes à Polícia Militar foi além daquilo que a instituição formalmente previu, passando a testar a perseverança e a capacidade de mobilização dos aprovados. A identidade dos noviços traz consigo marcas importantes do período reivindicatório, no qual ainda eram *os aprovados*. Tais características contrastam com a própria cultura organizacional da polícia militar, em que o recurso à reivindicação fustigada pela ostensiva mobilização social é pouco usual no ambiente castrense (*idem*).

O perfil dos novos policiais

A mudança no nível de escolaridade exigido no processo seletivo implicou grandes alterações no perfil dos novos policiais, que vão bem além do diploma de nível superior. Para analisar este perfil, realizou-se uma amostra estratificada e aplicou-se 350 questionários com perguntas relacionadas a sexo, raça, idade, estado civil, número de filhos, renda familiar, moradia e escolaridade. Os dados apresentados foram abordados por meio de uma análise exploratória, seguida por recortes de estatística descritiva. O teste Qui-quadrado de Pearson foi empregado a fim de explorar diferenças estatisticamente significativas quando se mostrou necessário. Em grande medida, este recurso foi empregado na comparação das variáveis quanto às categorias de gênero, idade e, algumas vezes, cor da pele. O nível de significância adotado foi de 95%, sendo citadas as diferenças quando significativas ($p < 0,05$).

Sexo

A profissão policial tem sido retratada na literatura pelo *ethos* masculino que a acompanha (Musumeci & Musumeci 2005). Comumente, o imaginário social aproxima aspectos como exigência de vigor físico, exposição ao risco, jornadas de trabalho nas ruas com atividades indicadas para homens. Talvez por isso as agências policiais são predominantemente compostas por homens, realidade ainda mais marcante nas organizações militares. Em 2003, a inserção feminina nas polícias militares brasileiras era, em média, de 7,3% do efetivo (*ibidem*: 32). À época, na PMDF esse número correspondia a 4,7%. Desde então, as policiais militares femininas passaram a representar, nos dias atuais, 6,9% do efetivo da Corporação, percentual ainda inferior ao registrado nacionalmente entre as polícias militares, que somavam 9,6% em 2009.

Dentre o percentual de 6,9% de policiais femininas na PMDF, incluem-se as policiais que ingressaram em 2010, as *noviças*. Elas representam 10,6% dos entrevistados,

enquanto 89,4% são homens. Os dados corroboram pesquisas que indicam a profissão policial como predominantemente masculina.

Tabela 2 - Distribuição dos noviços da PMDF por sexo

	Percentual
Feminino	10,6%
Masculino	89,4%
Total	100%

Fonte: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. MATTOS, 2012.

O ingresso das mulheres na PMDF permanece até o ano de 2010 relacionado a uma cota de 10% das vagas disponíveis. Entretanto, se anteriormente este número representava uma garantia de acesso das mulheres à carreira militar, atualmente pode estar servindo, pelo contrário, para limitá-lo. Os resultados encontrados indicam que, em 2010, a concorrência entre os homens foi de 6,73 por vaga, ao passo que, dentre as mulheres, a relação foi de 23,81. Não dispusemos dos dados referentes às notas dos candidatos, entretanto a veemência dos números citados, que refletem uma concorrência quase quatro vezes mais acirrada dentre as mulheres, levam-nos a acreditar que o percentual de mulheres dentre os noviços seria maior, caso não houvesse a fixação do número de vagas. Consequentemente, a inserção feminina na PMDF estaria sendo mitigada, em vez de incentivada, com a reserva de vagas para mulheres (Mattos, 2012).

Idade e estado civil

Quanto à idade, os entrevistados estão concentrados na faixa central, entre 25 e 30 anos, representando 70,5% dos noviços. Em detalhe, o segmento com maior participação está entre 28 e 30 anos, contando com 39% dos noviços. Este perfil etário guarda relação com a exigência de nível superior para o ingresso dos novos policiais, elevando-o em comparação com os concursos anteriores em que não havia tal pré-requisito. As mulheres são mais novas, com 91,9% abaixo de 30 anos. Dentre os homens, 20% estão acima dos 31 anos.

Tabela 3 - Distribuição dos noviços da PMDF por faixa etária

	Percentual	Acumulado
Menos de 22 anos	0,6%	0,6%
Entre 22 e 24 anos	10,0%	10,6%
Entre 25 e 27 anos	31,4%	42,0%
Entre 28 e 30 anos	39,1%	81,1%
Mais de 31 anos	18,9%	100,0%

Fonte: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. MATTOS, 2012.

A concentração em faixas etárias mais elevadas revela que a polícia militar representa para os noviços um contexto de socialização secundária. Com isso, os noviços trazem consigo, além da educação acadêmica formal, referenciais ampliados sobre vivências anteriores, quer sejam afetivas, atitudinais ou profissionais. Em relação a outras experiências profissionais, tais características demonstram circunstâncias anteriores de disciplinamento prévio, em especial referente ao campo do trabalho (*ibidem*). Para a Corporação, são profissionais mais experimentados do que aqueles que costumemente eram selecionados, restando averiguar suas reais implicações para a instituição e os próprios serviços prestados.

Conforme a Tabela 4, a maioria dos entrevistados, 60,5%, é solteira; 37,5% declararam ser casados ou viver em regime de união estável. Também maioria é o número de entrevistados sem filhos, 74,9%; sendo que 25,1% possuem ao menos um filho. Dentre as mulheres, 64,9% são solteiras e 83,8% não possuem filhos. Dentre os homens, 60,1% são solteiros e 74% não possuem filhos. De uma forma geral, os noviços são solteiros e sem filhos. Os resultados encontrados indicam que os noviços tendem a priorizar suas carreiras profissionais e, consequentemente, a estabilidade financeira, protelando o casamento e os filhos.

Tabela 4 - Distribuição dos noviços da PMDF por estado civil¹ e quantidade de filhos

	Não tenho filho(a)	Um filho(a)	Dois filhos(as)	Três filhos(as)	Quatro ou mais filhos(as)	Total
Solteiro(a)	55,8%	3,2%	1,5%			60,5%
Casado(a)/mora com um(a) companheiro(a)	18,4%	13,2%	4,7%	0,9%	0,3%	37,5%
Separado(a)/desquitado(a)/divorciado(a)	0,6%	1,2%	0,3%			2,0%
Total	74,9%	17,5%	6,4%	0,9%	0,3%	100,0%

¹ Não foram registrados viúvos(as).

Fonte: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. MATTOS, 2012.

Raça

Quanto à raça, 43,9% dos noviços se consideram brancos, 45,1% “pardos”, 9,3% “pretos” e 1,7% amarelos. De forma agregada, são 54,4% de negros, dados condizentes com pesquisas anteriores que assinalavam a atração das carreiras policiais para a população negra (Musumeci & Musumeci, 2005). Segundo Sansone (2002), esta relação está associada à segurança do trabalho público, com benefícios diretos e indiretos. Todavia, se tradicionalmente a profissão policial pode ter sido atrativa para a população negra em função do baixo nível educacional exigido, este raciocínio não mais se sustenta. A associação parece estar relacionada a algo mais do que a exigência de escolaridade, em que pese permanecer a predominância de negros dentre os noviços, mesmo com a alteração dos requisitos para o ingresso.

Os resultados encontrados são consistentes com a distribuição por cor do Distrito Federal, haja vista que, em ambos os casos, a população que se declara negra aproxima-se de 55%. Ou seja, os noviços são em sua maioria negros, assim como a população do Distrito Federal. Comparativamente à distribuição racial brasileira, que possui 48% de negros,

tanto os novos policiais militares, quanto a população do Distrito Federal de forma geral, possuem um perfil racial com maior população negra. Os resultados encontrados são consistentes com pesquisas anteriores, como Minayo (2008) e Soares *et al.* (2009).

Tabela 5 - Distribuição dos noviços da PMDF por cor ou raça

	Noviços		Distrito Federal ²		Brasil ¹	
	Percentual	Acumulado	Percentual	Acumulado	Percentual	Acumulado
Preto(a)	9,3%	9,3%	4,6%	4,6%	5,9%	5,9%
Pardo(a)	45,1%	54,4%	50,8%	55,4%	42,1%	48,0%
Branco(a)	43,9%	98,3%	42,5%	97,9%	51,4%	99,4%
Amarelo(a)	1,7%	100,0%	1,9%	99,8%	0,4%	99,8%
Indígena	0,0%	100,0%	0,2%	100,0%	0,2%	100,0%
Total		100,0%		100,0%		100,0%

¹ PNAD, 2004

² PDAD, 2004

Fonte: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. MATTOS, 2012.

Escolaridade

Em relação à escolaridade, os dados encontrados demonstram que 78,6% dos noviços possuem nível superior, ao passo que 21,4% são também especialistas ou estão se especializando. Em detalhe, 45,5% dos noviços possuem formação na área de Ciências Sociais Aplicadas, sendo 12,2% ao menos com especialização *lato sensu*.² Acreditamos que especialmente a formação em Direito seja representativa no grupo dos noviços da carreira policial militar, sobretudo em virtude de sua proximidade com o sistema de justiça criminal. De toda forma, a própria escolarização se configura como importante fator de identificação desses profissionais.

Tabela 6 - Grau de escolaridade dos noviços da PMDF por área de formação acadêmica¹

	Ciências Agrárias	Ciências Biológicas	Linguística, Letras e Artes	Ciências Exatas e da Terra	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Engenharias	Ciências da Saúde	Outros	Total
Curso Superior	2,6%	1,7%	4,3%	14,2%	8,1%	33,3%	1,2%	11,3%	1,7%	78,6%
Especialização		0,3%	0,6%	2,0%	0,9%	9,3%		2,6%	0,3%	15,9%
Especialização em andamento	0,3%			0,6%		2,3%		0,9%		4,1%
Mestrado						0,3%		0,3%		0,6%
Mestrado em andamento					0,3%					0,3%
Doutorado em andamento					0,3%	0,3%				0,6%
Total	2,9%	2,0%	4,9%	16,8%	9,6%	45,5%	1,2%	15,1%	2,0%	100,0%

¹ Consideradas as categorias definidas pelo CNPq/Capes, 2011, detalhadas na nota de rodapé anterior.

Fonte: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. MATTOS, 2012.

Renda

A distribuição dos noviços quanto à renda familiar demonstra que 34,9% estão na faixa até 10 salários mínimos, e 65,1% possuem renda familiar acima desse patamar. A faixa salarial acima de 20 salários mínimos concentra 26% dos noviços e aquela acima de 30 salários mínimos, 11,3% dos entrevistados.

Tabela 10 - Distribuição dos noviços da PMDF segundo a renda familiar¹

	Percentual	Acumulado
De 5 a 10 salários mínimos	34,9%	34,9%
Mais de 10 até 15 salários mínimos	25,4%	60,2%
Mais de 15 até 20 salários mínimos	13,8%	74,1%
Mais de 20 a 30 salários mínimos	14,7%	88,8%
Mais de 30 a 50 salários mínimos	8,1%	96,8%
Mais de 50 salários mínimos	3,2%	100,0%

¹ O valor considerado para o salário mínimo foi R\$ 545,00.

Fonte: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. MATTOS, 2012.

Diante da questão sobre o número de pessoas que contribuem para o sustento da família, encontramos que 24,6% sustentam suas famílias sozinhos e 26,6% dos noviços disseram ser responsáveis por metade do sustento familiar. Os noviços possuíam, à época da pesquisa, um salário de cerca de 6,3 salários mínimos, ou seja, R\$ 3.453,00. A despeito disso, conforme a Tabela 7 demonstra, é representativo o percentual de 48,7% dos noviços que contribuem com uma pequena parte dos gastos ou mesmo não possuem gastos.

Tabela 11 - Distribuição dos noviços da PMDF quanto à participação no sustento da família

	Percentual
É responsável por todos os gastos	24,6%
É responsável por metade dos gastos	26,6%
É responsável por uma parte pequena dos gastos	18,6%
É responsável apenas por seus gastos pessoais	26,9%
Não tem gastos	3,2%
Total	100,0%

Fonte: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. MATTOS, 2012.

Os dados encontrados indicam que os noviços não são os principais provedores de suas famílias e, lembrando que a maioria também é solteira e sem filhos, salienta-se a tendência a estender o tempo de moradia com os pais e, conseqüentemente, protelar o casamento.

De uma forma geral, os dados referentes à renda familiar divergem do estigma que comumente associa a atividade policial à baixa remuneração e a precárias condições de vida. O perfil de renda familiar dos noviços da PMDF diverge de uma postura de menosprezo que as classes mais abastadas tradicionalmente dispensam à profissão policial militar (Minayo, 2008). Diante dos resultados, infere-se que a carreira policial militar no Distrito Federal permeia o horizonte de possibilidades dos filhos da classe média do Distrito Federal, o que, em alguma medida, é simbolicamente importante na discussão do estigma da profissão. Em outras palavras, a associação do trabalho policial a ocupações marginalizadas perde veemência a partir de sua inserção na rotina de vida das classes mais elevadas (Mattos, 2012).

Nesse sentido, a própria exigência de nível superior limitou o universo dos postulantes à carreira policial aos estratos mais escolarizados e, conseqüentemente, mais abastados da sociedade. No Distrito Federal, apenas 9,3% da população poderiam se candidatar à polícia militar. Mais do que isso, a pecha de que os policiais militares são oriundos das classes mais pobres é questionada diante dos dados econômicos dos noviços da PMDF.

Trabalho anterior

A segunda parte do questionário se dedicou à experiência profissional dos noviços, em especial ao trabalho imediatamente anterior à polícia militar. Inicialmente, os resultados mostraram que a grande maioria já havia trabalhado (92,8%), ao passo que 7,2% tiveram na PMDF seu primeiro emprego, o que reitera o perfil etário mais elevado dos noviços e a polícia militar como contexto de socialização secundária para os entrevistados.

Tabela 14 - Distribuição dos noviços da PMDF quanto ao trabalho anterior

	Percentual
Sim, já trabalhei	92,8%
Não, nunca trabalhei	7,2%
Total	100,0%

P. Você já trabalhou ganhando algum salário ou rendimento antes da PMDF?

Fonte: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. MATTOS, 2012.

Por um lado, os resultados indicam um primeiro movimento no sentido da busca por melhoria das condições materiais de vida, em que pese a maioria dos noviços, 71,9%, terem melhorado seus rendimentos na polícia militar. Por outro lado, um segundo movimento se evidencia e segue em direção à estabilidade do serviço público: 63,6% dos noviços não eram funcionários públicos. De forma detalhada, apenas 12,2% dos noviços já pertenciam ao serviço público e passou a receber menos na polícia militar.

Quanto ao tempo durante o qual exerceram atividades remuneradas antes da PMDF, 65% dos noviços que já trabalharam possuíam mais de 4 anos de experiência. Este per-

centual reitera a polícia militar como contexto de socialização secundária para os noviços, diferentemente do que usualmente representa. Aliada ao perfil etário mais elevado, a experiência com outras atividades profissionais tende a diminuir o estranhamento com a disciplina laboral, especialmente em relação ao respeito aos horários, às regras de convivência e às relações de subordinação, aspectos que no contexto militar são marcadamente enfatizados. Assim, as experiências anteriores dos noviços interferem em sua construção identitária na medida em que servem, em grande medida, como referenciais com os quais o trabalho policial será contrastado. Em outras palavras, a polícia militar insere-se, para os noviços, em um contexto ampliado de experiências profissionais e de vivência afetiva, condição que repercute tanto na autoimagem que o indivíduo constrói, sua identidade, como nas relações organizacionais que tomam lugar no ambiente laboral (Mattos, 2012).

Hierarquia e supervisão

A entrada de novos policiais com perfil muito diferente daqueles que ingressam na corporação nos anos anteriores poderia ser uma fonte para tensões e conflitos, principalmente como aqueles policiais (sargentos) encarregados da sua supervisão imediata. Visando entender o que muda nesta relação, foram realizadas entrevistas com os soldados novatos e os sargentos encarregados da supervisão do seu trabalho. As entrevistas foram realizadas na sede do posto policial da Estação Rodoviária de Brasília, onde também foi feita a aplicação presencial dos questionários. Foram entrevistados 4 sargentos e 5 soldados na primeira etapa, e na fase de aplicação dos questionários, após realização de triagem e exclusão dos que apresentavam o preenchimento incorreto, foram considerados viáveis para análise 42 questionários preenchidos por sargentos e 66 por soldados.

Tanto os “antigos” como os noviços mostram-se favoráveis à mudança no requisito de ingresso na PMDF e o motivo principal para essa opinião é a de que o nível superior é indispensável para o aprimoramento do serviço e adoção de postura menos simplista, deixando de ser um mero executor de ordens, podendo, inclusive, deixar de realizar ações consideradas ilegais, desproporcionais ou inadequadas. Fica evidente no discurso dos entrevistados a ideia de que o policial que não possui nível superior deixa a desejar quando precisa executar tarefas com maior complexidade intelectual:

A pessoa que tem um curso superior tem um pouco mais de conhecimento e sabe dialogar mais. Não fica aquele policial, vamos colocar assim... bruto, seção. (Sargento, ingressou na PMDF em 1988, quando o requisito era a conclusão do Ensino Fundamental)

E em relação ao cidadão, o policial que tem terceiro grau ele consegue hoje entender que cidadão não é um adversário, né? Que ele é um cliente mesmo do nosso serviço e o policial que tem uma graduação, nível superior, ele consegue entender melhor isso do

que o policial com nível médio. (*Sargento*, ingressou na PMDF em 1987, quando o requisito era a conclusão do Ensino Fundamental)

Porque, querendo ou não, com o aumento na exigência do curso superior, aumenta um pouco o entendimento e até a experiência de vida do policial. A pessoa com nível superior sabe lidar muito mais com o outro indivíduo. (*Soldado recém-formado*)

Mas não foram só as supostas limitações dos policiais com nível médio que apareceram nas entrevistas como justificativa para a adoção do nível superior como requisito. O fortalecimento da classe está associado ao fato de que, para o senso comum, o trabalho executado pelas forças policiais requer baixo grau de educação formal devido ao uso de métodos e técnicas pouco elaboradas ou sem refinamento (Bittner, 2003).

Pelo que foi verificado nas repostas dos sargentos entrevistados, o curso superior de Tecnologia em Segurança e Ordem Pública constituiu uma válvula de escape para as pressões oriundas do ingresso dos “novinhos” com curso superior e potenciais conflitos entre as duas gerações. Foi perguntado aos sargentos, então, se essa diferença de níveis de instrução formal constituiria dificuldade para comandar:

Hoje eu posso assegurar que não tenho a menor dificuldade de comandar alguém que tenha doutorado ou mestrado em qual área que seja, em função da faculdade que eu fiz, TECSOP, que me deu essa segurança, me deu conhecimento, me deu o devido preparo, então acho que não há o menor problema não. (*Sargento*, ingressou na PMDF em 1988, quando o requisito era a conclusão do Ensino Fundamental)

E eu já agora... já tenho o terceiro grau também há coisa de... Comecei a fazer faculdade há três anos e hoje já tenho o terceiro grau. Hoje eu confesso que me sinto seguro e eu não sei dizer como me sentiria quando eu tinha nível médio. (*Sargento*, ingressou na PMDF em 1987 quando o requisito era a conclusão do Ensino Fundamental)

Sentir-se seguro para lidar com pessoas bem instruídas, sejam elas policiais ou não, foi uma das principais e mais recorrentes manifestações dos graduados em Tecnologia em Segurança e Ordem Pública. Outra contribuição do TecSop para a valorização do policial está relacionado ao contato com a literatura científica sobre o tema da segurança pública de forma geral, conferindo maior relevância à atividade policial, comumente associada a ideia de pouca importância e baixa complexidade:

O serviço de segurança pública é algo que tem que ser tratado como uma ciência mesmo, e não apenas aquela coisa de colocar o policial

fardado na rua com aspecto de vigilante. (*Sargento*, ingressou na PMDF em 1987, quando o requisito era a conclusão do Ensino Fundamental)

Também foi perguntado aos novos policiais se achavam adequado serem comandados por policiais mais antigos com menor nível de escolaridade. A maioria dos entrevistados alega que considera adequado, principalmente em virtude da experiência dos policiais com mais tempo de serviço:

Eu acho isso, às vezes, não influencia muito, até porque eles têm mais experiência do que a gente e eles sabem lidar na maioria das situações que a gente passa, eles sabem, às vezes, muito mais do que a gente. (*Soldado recém-formado*).

No dia a dia, na rua, a experiência vale mais do que o grau de instrução porque, no meu caso, eu sou formado em informática e não tem nada a ver com o serviço diário, abordagem, isso e aquilo... Coisa que o antigo que não tem nível superior, apesar de que hoje quase todos têm nível superior, são poucos que não têm... Ele já tem uma experiência enorme que nós podemos aprender com eles. (*Soldado recém-formado*)

Mas eu não vejo nenhum problema assim em ser comandado por uma pessoa que não tenha. Eu acho que a experiência policial dessas pessoas que não têm, desses policiais mais antigos, acho que conta muito. (*Soldado recém-formado*).

Os papéis da experiência e da técnica também foram alvos de perguntas aos entrevistados. A experiência foi conceituada com sendo o conhecimento adquirido de maneira empírica em decorrência do exercício constante da atividade policial. E a técnica, como um conjunto de normas e doutrinas previstas em manuais e ensinadas nos diversos cursos de formação e especialização realizados no âmbito da corporação. Os sargentos foram unânimes ao defenderem que a técnica e a experiência devem estar ombreadas:

Só a técnica, ela passa uma autoconfiança mentirosa. Ser detentor do conhecimento e sem a experiência está fadado ao fracasso e pode custar muito caro para o policial. E também só a experiência é algo muito perigoso porque é algo muito amador. Toma aspecto de amadorismo de vez em quando. O ideal realmente é a conciliação dos dois, a técnica e a experiência. Mesmo porque a experiência contribui muito para a técnica, para que a cada dia seja aperfeiçoada a técnica, né? Então acho que deve ser algo muito considerado. Escolher um ou outro eu não faria de jeito nenhum,

né? (*Sargento*, ingressou na PMDF em 1987, quando o requisito era a conclusão do Ensino Fundamental)

As duas trabalham juntas. Sem dúvida nenhuma que ter a técnica é essencial, mas quando se vai colocar em prática, muitas das vezes, só a técnica não faz com que você chegue ao objetivo final não. (*Sargento*, ingressou na PMDF em 1991, quando o requisito era a conclusão do Ensino Médio)

Em contrapartida, os soldados demonstram dar maior importância ao aspecto técnico da atividade profissional:

A técnica. Creio que a experiência pode desenvolver muitas coisas, mas a técnica... o essencial é a técnica. (*Soldado recém-formado*).

Devido à experiência, a técnica fica um pouco deixada atrás, devido a ser muito corriqueiro as mesmas situações. (*Soldado recém-formado*).

De fato, a experiência policial pode fornecer melhores possibilidades de analisar as situações concretas e definir a forma de atuação mais adequada, no entanto, esses conhecimentos práticos devem ser levados em consideração e inseridos nos manuais, doutrinas e normas de conduta, constituindo componente da técnica. Isso permite que as ações dos policiais possam ser apreciadas e julgadas não só do ponto de vista legal, mas também profissional (Costa & Porto, 2011).

A importância da experiência está intimamente ligada ao alto grau de discricionariedade de que goza o policial militar em todos os postos ou graduações. Isso ocorre porque a atividade policial é repleta de componentes imprevisíveis e a rotina do serviço nunca se repete por completo. Por esse motivo, Monjardet (2003) afirma que o trabalho policial não é o simples resultado de um somatório de prescrições e mandatos, uma vez que os policiais são responsáveis por identificar as situações nas quais terão de intervir, além de optarem pela melhor forma de fazê-lo. Essa gama de situações e de formas de intervenção inviabiliza o sucesso da atividade policial quando tratamos de um mero executor de ordens

Todos os sargentos alegam terem tido uma formação falha e superficial, voltada somente para o adestramento militar e, quando muito, técnicas básicas de abordagem policial. Quando perguntados se receberam formação compatível com as tarefas que executam:

O curso de formação de soldado, de cabo e de sargento de jeito nenhum. Não me preparou não. Ele me preparou de forma muito superficial. (*Sargento*, ingressou na PMDF em 1987, quando o requisito era a conclusão do Ensino Fundamental)

Não porque a formação que eu tive... eu me deparei com outra situação, com outra realidade. Influenciou, mas a função que eu desempenho foi o dia a dia que me trouxe esse know-how. Não foi a formação não. Foi a experiência. (*Sargento*, ingressou na PMDF em 1991, quando o requisito era a conclusão do Ensino Médio)

Já o discurso dos soldados é distinto:

O curso na escola ele foi até um pouco além do que o que a gente exerce na rua. Ele preparou a gente para muito mais do que a gente exerce. (*Soldado recém-formado*)

O que foi passado para a gente no curso de formação supre cerca de 90% do que a gente está convivendo aí de POG, ou viatura ou até mesmo no expediente que eu estou há pouco tempo, creio que não deixou nada a desejar. (*Soldado recém-formado*)

Nas respostas dos soldados entrevistados transparece que essa preocupação com a formação policial tem gerado melhorias e o padrão atual de formação mostra-se mais próximo do ideal do que o anterior. O modelo de polícia burocrático-militar não foi completamente substituído ou ignorado, contudo o modelo voltado para função policial conquistou maior realce, seguindo a tendência de profissionalização das instituições policiais, muito provavelmente, um resultado ainda que tardio da onda de reformas ocorridas desde o final do século XIX (Poncioni, 2007).

Considerações finais

A mudança de nível de escolaridade na PMDF acompanhou a tendência nacional das corporações policiais verem no aumento dos critérios de escolaridade dos seus quadros uma estratégia para aumento salarial. Entretanto, até o presente momento, tais iniciativas não resultaram na melhoria dos salários dos policiais militares. Talvez porque as mudanças nos níveis de escolaridade não toquem em um dos principais problemas dessa questão: os grandes efetivos das polícias militares.

No que se refere ao perfil socioeconômico dos novos policiais, podemos afirmar que eles são: predominantemente homens, de cor negra e com idade entre 25 e 30 anos; são solteiros, sem filhos, possuem nível superior; são católicos e tendem a frequentar a igreja; concentram-se em faixas de renda familiar de até 15 salários mínimos e são responsáveis por pelo menos metade dos gastos familiares; nasceram no Distrito Federal e residem em casas próprias. Quanto ao trabalho, os novatos em sua maioria já trabalharam pelo menos quatro anos, são oriundos da iniciativa privada e recebiam até cinco salários mínimos, tendo passado a ser mais bem remunerados na carreira militar.

O ingresso de novos policiais com perfil tão diferente dos mais antigos poderia

gerar tensões no interior da corporação. Entretanto, as entrevistas revelam que os possíveis conflitos como os sargentos supervisores têm sido contornados pela criação do Curso de Tecnólogos de Segurança e Ordem Pública (TecSOP). Por outro lado, as entrevistas também nos mostram que a ausência de normas de condutas e procedimentos operacionais aumenta a importância da experiência de rua dos policiais mais antigos.

Os resultados indicam que as agências policiais terão de se adequar à mudança do nível de escolaridade não apenas em suas relações internas, mas também nas interações cotidianas com as comunidades atendidas. Essa tendência pelo incremento nos requisitos para ingresso nas instituições exerce forte apelo e encontra adesão dentre os policiais. Apesar disso, o processo de seleção e recrutamento deve vir acompanhado por medidas de formação e aperfeiçoamento que repercutam na qualidade do serviço prestado.

Dessa feita, ainda é cedo para avaliarmos os efeitos destas mudanças nas relações da polícia com a comunidade. As experiências das polícias dos EUA apontam para a continuidade das tensões, possivelmente pela falta de normas e procedimentos técnicos para orientar as condutas policiais (Costa & Porto, 2011). Se a literatura aponta para manutenção do padrão de relação polícia-sociedade, por outro lado é possível que estes novos policiais acabem por desafiar a divisão entre praças e oficiais existentes nas polícias brasileiras. Mas isso, só o futuro dirá!

Recebido em 20/09/2012

Aprovado em 12/10/2012

Notas

¹. Durante a pesquisa, a categoria dos noviços representava os policiais militares do Distrito Federal que ingressaram como soldados na Corporação em 2010, os quais frequentavam o curso de formação à época da pesquisa.

². Após a aplicação do pré-teste, por questões metodológicas, optamos em não categorizar as respostas de acordo com cursos, mas em áreas de formação.

Referências bibliográficas

- BEATO FILHO, Cláudio. **Crimes, vítimas e policiais**. *Tempo Social*, vol. 9, nº 1, 1997, pp. 233-248.
- _____. **Reinventar a Polícia**. *Informativo Crisp*, vol. 2, 2002, pp. 1-8.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- COSTA, Arthur; PORTO, Maria Stela G. **Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá**. *Sociologias*, nº 13, 2011, pp. 342-381.
- KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- _____. **Polícia e exclusão na cultura judiciária**. *Tempo Social*, vol. 9, nº 1, 1997, pp. 169-183.
- _____. **Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público**. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 1, nº 13, 1999, pp. 23-38.
- LINT, Willem. **Regulating autonomy: Police discretion as a problem for training**. *Canadian Journal of Criminology*, vol. 40, 2004, pp. 277-304.
- MATTOS, Márcio Júlio S. **Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília; SOUZA, Edinilsa; CONSTANTINO, Patrícia; ASSIS, Simone. **(In)segurança profissional e (in)segurança pública**. *Coleção Segurança com Cidadania*, vol. 1, 2009, pp. 195-230.
- MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: Sociologia da força pública**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MUNIZ, Jacqueline. **Victimization of Military Police in Rio de Janeiro**. *OSH and Development*, vol. 8, 2006, p. 71-88.
- MUSUMECI, Bárbara; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PONCIONI, Paula. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, vol. 1, 2007, pp. 22-31.
- RUDNICKI, Dani. **O ingresso de bacharéis em direito na Polícia Militar gaúcha**. Porto Alegre: Ed. Sociologias, 2008.
- SANSONE, Lívio. **Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil**. *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, pp. 5-14.
- SANTOS, Layla. **O ingresso dos policiais militares com nível superior na Polícia Militar do Distrito Federal e os conflitos entre gerações**. Monografia de Especialização, Universidade de Brasília, 2012.